

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 11

PORTAL UOL - ECONOMIA  
ANFIP

Governo e Congresso tentam liberar cassino, jogo do bicho e bingo; entenda..... 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ANFIP

Homenagem - APOSENTADOS..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator avalia "transição" para corte de incentivos fiscais..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas pressionam STF por créditos de PIS/Cofins..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministros do Supremo garantem IRRF para Estados e municípios..... 9

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Cobranças indevidas no crédito consignado sobem; o que fazer se for vítima..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária investe em cinco propostas..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Afrouxando limites (Editorial)..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bradesco anuncia compra de participação do BB no Digio por R\$ 625 milhões..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com receita maior, estados reduzem gastos com educação..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No meio da via crucis tem um Orçamento..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços da Petrobras voltam à pauta política..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Incentivos fiscais do ICMS e os lucros - OPINIÃO JURÍDICA..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA  
ECONOMIA

Receita cresce, mas gasto estadual em educação cai..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª  
ECONOMIA

Indústria da mudança social perpetua a pobreza ou a faz tolerável..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Desigualdade cresce mais no Brasil do que em outros países, aponta FGV..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Da pandemia ao pandemônio (Artigo)..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Desaceleração é novo desafio global (Artigo)..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Com Auxílio Brasil travado, calamidade pública volta à tona..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

De olho em 2022, Estados aceleram investimentos..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
POLÍTICA

Reformas de Bolsonaro são legado de Temer, diz líder de entidade liberal..... 31

# Governo e Congresso tentam liberar cassino, jogo do bicho e bingo; entenda

**Filipe Andretta**

Membros do governo federal e parlamentares tentam legalizar cassinos, jogo do bicho e bingos, além de definir regras mais claras para jogos eletrônicos, poker, sinuca e outros, quando a proibição dos jogos de azar no Brasil recém-completa 80 anos.

Explorar jogos de azar é considerado contravenção penal (uma infração menos grave do que um crime) desde 1941, por força de um decreto-lei assinado pelo então presidente Getúlio Vargas.

Em entrevista à Veja em setembro, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que não apoia a legalização de jogos de azar. Acho que vai ter mais a perder do que a ganhar no momento. Se porventura aprovar, tem o meu veto, que é natural, e depois o Congresso pode derrubar o veto, afirmou. A declaração é vista como um aceno à base evangélica do presidente, que de modo geral se opõe aos jogos de azar.

Isso porque os ministérios da Economia e do Turismo têm proposto discussões e estudos sobre a legalização, que avança aos poucos no Congresso.

Críticos da legalização dizem que ela estimularia a criminalidade e que teria um alto custo social, não compensado pelo benefício à economia.

**Câmara**

Em setembro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criou um grupo de trabalho para atualizar uma proposta de marco regulatório dos jogos de azar, com legalização de várias modalidades. O presidente da Comissão do Turismo, deputado João Carlos Bacelar (Pode-BA), disse que um relatório deve sair até novembro de 2021.

**Senado**

No Senado, propostas específicas sobre cassinos avançaram nos últimos meses e aguardam relatório. Há um projeto do senador Ciro Nogueira (PP-PI), atual ministro da Casa Civil, que regulamenta jogo do bicho, bingo, jogos eletrônicos, cassinos em resorts, entre outros.

**STF**

Existe ainda a expectativa de que o STF (Supremo Tribunal Federal) julgue uma ação para definir se a proibição de jogos de azar continua válida. O processo chegou a ser pautado no primeiro semestre de 2021, mas não foi julgado e não tem previsão de retomada.

Se o STF derrubar a proibição, explorar jogos de azar deixará de ser contravenção. Mas esse não é o caminho esperado pelos envolvidos na agenda de legalização, pois as atividades ainda precisariam de uma regulamentação -algo que não caberia ao Judiciário.

Cassinos puderam operar legalmente até 1946, quando Eurico Gaspar Dutra proibiu os proibiu, com justificativas como a tradição moral jurídica e religiosa do povo brasileiro.

Alguns membros do governo trabalham para legalizar cassinos em hotéis com grande estrutura de entretenimento (como casa de espetáculos e centro de convenções) -os chamados resorts integrados. Mas há resistência da base evangélica.

O tema foi discutido na reunião do presidente Bolsonaro com seus ministros em 22 de abril de 2020, que teve vídeo divulgado por ordem do STF. Na ocasião, a pastora e ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) comparou a iniciativa a um pacto com o diabo.

O agora ex-ministro Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) e Paulo Guedes (Economia) defenderam a proposta.

Em março de 2021 o governo contratou um estudo com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para analisar áreas que poderão receber esses resorts, num projeto para a recuperação do turismo após a pandemia.

O secretário de loterias do Ministério da Economia, Gustavo Guimarães, realizou em agosto um evento online público com executivos do ramo para discutir os resorts integrados.

Alguns projetos no Congresso propõem uma legalização mais abrangente. Um deles prevê a autorização de um número fixo de cassinos por

estado, que varia conforme a população.

Os bingos comerciais e máquinas de caça-níquel foram proibidos por uma medida provisória convertida em lei no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2004.

A proibição foi uma reação à crise gerada pela divulgação de vídeo no qual um assessor do ex-presidente pedia propina para campanhas a um empresário do ramo -fato que levou à CPI dos Bingos.

Desde a proibição, apenas bingos não-comerciais podem operar (em igrejas e associações sem fins lucrativos, por exemplo).

O marco regulatório em debate na Câmara e o projeto do agora ministro Ciro Nogueira no Senado preveem a legalização da modalidade.

Segundo o deputado Bacelar, o jogo do bicho também deverá ser legalizado cedo ou tarde.

O deputado afirma que a tendência é liberar para os bicheiros uma autorização provisória até que se conclua o processo de concessão dos operadores legalizados. Essa concessão dependeria de critérios como comprovação de capacidade técnica, sede no Brasil e idoneidade moral .

Ainda não está claro como contraventores que muitas vezes estão envolvidos com milícias e outras organizações criminosas, com longa ficha criminal, poderão comprovar idoneidade moral.

O único caminho para legalizar o jogo do bicho é permitir que os atuais operadores assumam a atividade regulamentada, diz Magno de Souza, presidente do Instituto Jogo Legal, uma ONG que defende a criação de um marco regulatório. Senão, o bicheiro vai continuar oferecendo jogo no mercado paralelo.

Em 2018, no final do mandato de Michel **Temer** (MDB), foi criada a modalidade de quota fixa para apostas esportivas. As pessoas apostam em resultados reais (como o placar de uma partida ou o vencedor de uma luta) e sabem de antemão quanto ganharão caso acertem a previsão.

Apesar da legalização, a modalidade continua sem regulamentação, que depende apenas de ato do Poder Executivo. Isso significa que os sites de aposta operam legalmente no Brasil há quase três anos sem fiscalização nem recolhimento de **impostos**. O governo estima que a atividade movimente R\$ 2 bilhões por ano no país.

Magno de Souza afirma que há mais de 400 sites de apostas esportivas no mundo que podem ser acessados por brasileiros, e que todos oferecem também jogos online como caça-níquel e poker . Muitos patrocinam times de futebol do Brasileiro.

A lei diz que o governo federal tem até dezembro de 2022 para fazer a regulamentação, mas não define nenhuma consequência se houver atraso. A aposta esportiva deverá ser um serviço público da União e dos estados, que poderão delegar a atividade a operadores privados.

Segundo o secretário de loterias, Gustavo Guimarães, a regulamentação é uma prioridade do governo Bolsonaro. Ele diz que o decreto não saiu ainda porque apenas há poucos meses foi aprovada uma mudança que finalmente tornou viável a vinda de investidores estrangeiros. A alteração a que ele se refere aconteceu em julho e reduziu os **impostos** e contribuições cobrados dos sites.

O advogado Ricardo Feijó, especialista em jogos, diz que a mudança na lei foi importante, porque aproximou a tributação brasileira à praticada em outros países e reduziu os riscos para os operadores. Mas, como não foi publicada a regulamentação, o governo ainda não arrecada nem fiscaliza, o que traz prejuízos para os cofres públicos e para o apostador.

Feijó diz que alguns jogos, embora dependam principalmente da habilidade, ainda são vistos por alguns como jogos de azar. O poker é o exemplo principal, porque é tradicionalmente jogado em cassinos, usa cartas e fichas de apostas. Mas o resultado não depende preponderantemente da sorte.

Jogos de habilidade não são proibidos. Assim, um decreto federal que defina o poker como jogo de habilidade é visto como suficiente para atrair organizadores de torneios, com geração de empregos e recolhimento de **impostos**.

O mesmo vale para outras modalidades como sinuca, xadrez e jogos eletrônicos.

Guimarães, secretário de loterias, confirmou à reportagem que a regulamentação deve sair ainda no governo Bolsonaro , com o objetivo de estimular a economia e arrecadar **tributos**. O Ministério da Economia estima gerar R\$ 2,2 bilhões em receitas públicas.

No Brasil, instituições como a **Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal)** e a ONG Brasil Sem Azar militam contra os projetos de legalização.

**Vilson Romero**, coordenador de estudos socioeconômicos da **Anfip**, diz que os jogos de azar estão enraizados no Brasil, tanto pela loteria oficial da Caixa quanto por estabelecimentos clandestinos e sites internacionais. Ainda assim, segundo o auditor aposentado, a legalização será um estímulo à criminalidade, pois o país não tem estrutura para fiscalizar a atividade.

Defensores da legalização, como o deputado Bacelar, alegam que os jogos de azar são inevitáveis e, portanto, é melhor que o governo possa controlar atividade e arrecadar com ela. O jogo será ilegal ou legal. Não existe hipótese de não haver jogo, diz o parlamentar.

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/11/cassino-resort-integrado-jogo-do-bicho-bingo-poker-apostas-legalizacao.htm>**

# Homenagem - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

Ontem, Nossa Senhora de Nazaré, a "Padroeira dos Paraenses e Rainha da Amazônia", foi homenageada da forma mais sublime e com o fervor que transborda os corações de felicidade daqueles que a amam. É impossível transmitir em palavras um acontecimento tão real que representa o sentimento e vontade de um povo devoto à Maria Santíssima, Mãe Misericordiosa, presente em todo momento de nossas vidas, protegendo- nos, abençoando- nos e concedendonos as graças do seu poder divinal. Sem a Procissão do Círio, a homenagem é única, simbolizando pelo seu manto sagrado a esperança e o otimismo.

## DELIBERAÇÕES

Revedo documentos da época em que participamos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), encontramos a publicação do "Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I - Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa". É um documento de excelência pelo conteúdo que possui e que poderia ter sido implementado, acatando as recomendações da Conferência que traduziu a vontade dos participantes. Se houvesse, em plenitude, a aplicação das deliberações ali registradas, estaríamos, hoje, em uma situação mais confortável e, porque não dizer, privilegiada. Entende-se que ainda é tempo de se cumprir, fortalecendo as decisões e aspirações das pessoas idosas.

## SEGURIDADE

A **Seguridade Social**, no dia 5 de outubro, completou 33 anos, constituindo- se um marco na política da saúde, assistência social e **previdência social**, fruto da decisão dos constituintes que a incluíram na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Conquista que assegura direitos para que as três áreas promovam atendimento adequado e da melhor qualidade à sociedade brasileira, com recursos financeiros próprios arrecadados e disponibilizados no Orçamento da União. Retirá-los para outros fins contraria o dispositivo constitucional.

PROCEDIMENTO Aliás, esse procedimento de subtração de recursos financeiros que acontece há bastante tempo, prejudica o sistema de atendimento da competência da **Seguridade Social** e, forçosamente, as áreas de saúde, de assistência e de previdência, ficam impedidas de cumprir, a contento, as suas reais atribuições. Há, portanto, a necessidade

de se acabar com esse procedimento irregular e inconcebível que constitui um prejuízo irreparável, visto que, os valores transferidos não são repostos. Por esse motivo, insistimos que o Congresso Nacional elimine, em definitivo, o instrumento Desvinculação de Receitas da União (DRU).

## SUPERÁVIT

A propósito, o superávit da conta **Seguridade Social** é uma realidade incontestável que precisa ser não só reconhecida, mas divulgada com toda transparência pelo Poder Executivo. A sociedade brasileira deve ter pleno conhecimento de como são aplicados os recursos financeiros arrecadados na conta **Seguridade Social**. Assim como conhecemos o que divulga a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil e a Fundação **Anfip**, os responsáveis pelo Poder Executivo deveriam fazê-lo, demonstrando, exatamente, o destino dos recursos financeiros que o contribuinte recolhe aos cofres governamentais para dar cumprimento às despesas decorrentes com a **Seguridade Social**.

## ENVELHECIMENTO

É um assunto que deve estar presente todo momento em nossas vidas, pois, a longevidade é uma dádiva de Deus. Como exemplo, destacamos esta afirmação de autor desconhecido: "Chamaram-me de 'velho' com o desprezo voltado aos ultrapassados.

Disse-lhes então: a palavra velho não é um insulto, é símbolo de sabedoria, da sabedoria que só o tempo ensina". Que os profissionais da área educacional reconheçam a necessidade de se cumprir, com a maior brevidade possível, o que dispõe a Lei número 10.741, de 1º de outubro de 2003 - o Estatuto do Idoso, pertinente ao ensino do envelhecimento nos cursos fundamental e médio e nas Universidades.

## EDUCAÇÃO

"Ninguém é tão ignorante que não tenha algo a ensinar. Ninguém é tão sábio que não tenha algo a aprender" (Pascal, 1623 - 1662,

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>

# Relator avalia "transição" para corte de incentivos fiscais

*Renan Truffi e Vandson Lima*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

# Empresas pressionam STF por créditos de PIS/Cofins

*Joice Bacelo e Beatriz Olivon Do Rio e de Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031)

# Ministros do Supremo garantem IRRF para Estados e municípios

**Beatriz Olivon De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031)

# Cobranças indevidas no crédito consignado sobem; o que fazer se for vítima

**Vinicius Silva**

Apesar de ser apontado como uma das melhores linhas para empréstimos pessoais, por ter juros mais baixos, o crédito consignado é alvo de críticas por causa da má atuação de algumas empresas que, mesmo sem autorização, concedem crédito a clientes que não pediram e acaba cobrando pagamento de maneira indevida.

O cliente que passar por esse situação pode entrar na Justiça e até receber o valor em dobro, segundo o Código do Consumidor.

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo que tem suas parcelas descontadas automaticamente do salário ou do benefício do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), no caso de aposentados e pensionistas.

Por causa dessa garantia, os juros cobrados pelos bancos costumam ser bem menores, pois é baixo o risco de inadimplência. Enquanto nesse tipo de crédito os juros médios ficaram em 18,9% ao ano, segundo dados do BC de agosto, a taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre foi de 40,9% ao ano.

No entanto, os problemas com essa modalidade têm crescido. Consta um empréstimo consignado na minha aposentadoria que não contratei ; verifiquei o extrato do empréstimo consignado do meu benefício, que por mim não é reconhecido, pois eu não solicitei e não autorizei a contratação ; não contratei e não solicitei o empréstimo e estou pagando algo que não recebi e não fiz, quero cancelar são algumas das reclamações encontradas na plataforma Consumidor.gov.br .

Não são casos isolados. De acordo com a plataforma, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, cerca de 70 mil reclamações sobre esse tipo de problema foram registradas, o dobro do registrado no mesmo período de 2020.

Já o Procon-SP informa um aumento de 156% nas queixas contra empréstimo consignado no mesmo período. Segundo a entidade, a maior parte dos consumidores reclama que não pediu ou não autorizou o empréstimo.

De acordo com especialistas ouvidos pelo UOL , o

consumidor que identificar um empréstimo consignado não solicitado na conta deverá procurar os bancos e pedir que o valor seja estornado. Caso não seja atendido, deve procurar as entidades de proteção ao consumidor.

Quando uma instituição financeira coloca na conta do cidadão um valor sem que ele tenha pedido, este valor pode ser considerado uma amostra grátis. E, portanto, não deverá ser cobrado , afirmou Fernando Capez, diretor-executivo do Procon-SP.

Para o advogado Leandro Nava, o consumidor deve estar atento, pois não basta a empresa apenas devolver o dinheiro, ela deve devolver o montante em dobro, segundo o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor.

Segundo ele, como os valores geralmente são baixos, as pessoas não procuram a Justiça. Um advogado pode pedir, além da restituição, uma indenização por danos morais , diz.

A criação da modalidade saque-aniversário do FGTS e o uso desses valores como garantia em empréstimos ajudaram a impulsionar o número de operações no crédito consignado. Os saques do FGTS também baratearam o custo do crédito para os trabalhadores, já que há garantia para as instituições financeiras.

Além disso, em março deste ano, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou a lei que amplia de 35% para 40% a margem de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas.

Assim, também aumentaram os casos de instituições financeiras oferecendo o crédito sem o consentimento dos clientes. Segundo a advogada Renata Abalém , presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-GO , não há uma razão única para o aumento desses casos. Mas, já que muitos usuários não seguem com a reclamação quando isso ocorre, porque os valores mensais cobrados não são altos, companhias insistem nas cobranças irregulares.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2021/10/11/cobranças-indevidas-no-credito-consignado-aumentam-saiba-o-que-fazer.htm>

# Reforma tributária investe em cinco propostas

*Lu Aiko Otta*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

## Afrouxando limites (Editorial)

Prestes a completar três décadas de vigência, a Lei de Improbidade Administrativa ampliou sobremaneira os poderes outorgados ao Ministério Público pela Constituição de 1988 para deter políticos desonestos e maus administradores.

Ela abriu caminho para processar na área cível os que praticassem desvios e criou um instrumento potente para responsabilizar os que escapassem da esfera penal, punindo-os com perda de cargo e direitos políticos e obrigando-os a pagar pelos danos ao erário.

Na quinta (7), após mais de três anos de discussão, o Congresso concluiu a votação de um projeto que modifica vários dispositivos da legislação e submeteu o resultado ao presidente Jair Bolsonaro, para que sancione ou vete a nova lei.

A principal mudança introduzida pelo projeto restringe as punições por improbidade aos casos em que ficar comprovado dolo, ou seja, a intenção de lesar os cofres públicos. Ficam livres de sanções erros dos gestores, ou mesmo demonstrações de negligência.

A ideia é assegurar que o rigor da legislação seja aplicado somente a casos graves de corrupção e enriquecimento ilícito, evitando que ações fundamentadas em princípios genéricos acabem paralisando a administração pública.

O projeto também estabelece prazos para que as investigações de casos de improbidade sejam concluídas celeremente, em até dois anos, e para evitar que as ações se arrastem na Justiça sem um desfecho, como é comum atualmente.

Embora correções sejam bem-vindas, algumas mudanças poderão ter efeitos indesejáveis, inclusive levando ao arquivamento de casos antigos que ainda estão em andamento e livrando acusados.

A proposta só permite afastar do cargo o condenado que estiver ocupando o mesmo posto que detinha quando cometeu o ato pelo qual foi processado -um alívio para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), réu em duas ações da época em que era deputado estadual.

Se o texto aprovado pelo Legislativo prevalecer, o emprego de parentes no serviço público só poderá ser punido como ato de improbidade quando for demonstrado que o administrador teve o objetivo de obter vantagem ilícita.

O nepotismo, que foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal há mais de uma década, continua proibido por lei e sujeito a sanções na esfera administrativa, inclusive a anulação das nomeações irregulares.

Ainda assim, o afrouxamento dos limites **impostos** a essa prática tende a estimular a complacência com um costume que por muito tempo corroe a administração pública no país. Ainda há tempo para evitar que isso ocorra.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49695>

# Bradesco anuncia compra de participação do BB no Digio por R\$ 625 milhões

**Lucas Bombana** são paulo

O Bradesco anunciou na última sexta-feira (8) ter chegado a um acordo para a compra da participação de 49,99% do Banco do Brasil no Digio por R\$ 625 milhões. Com a operação, o Bradesco passará a deter 100% do capital social do banco digital, criado pelas duas instituições financeiras em 2015.

A conclusão está sujeita ainda à aprovação do BC (Banco Central) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Em **comunicado** ao mercado, o Bradesco afirmou que a aquisição faz parte da estratégia de investir em empresas digitais, buscando diversificar sua atuação e seu público.

Por trás da aquisição, se esconde um apetite maior do Bradesco de investir para acelerar o ritmo de crescimento do negócio, em um ambiente de acirramento da competição com as fintechs.

Segundo Marcelo Noronha, vice-presidente do Bradesco, com a conclusão da aquisição, o Digio passará a representar uma nova frente independente de crescimento dentro do conglomerado, que conta ainda com a própria marca do banco, e da iniciativa também no campo digital via banco Next.

"A gente não podia acelerar mais o negócio porque tinha outro acionista, e o outro acionista às vezes tem uma estratégia distinta da sua", afirma Noronha.

"É uma questão de estratégia de cada um, não tem certo ou errado, mas nossa disposição de investir [no Digio] era maior que a do BB", acrescenta o executivo.

"Estima-se impacto no resultado do BB, via equivalência patrimonial, de aproximadamente R\$ 175 milhões e não há efeito material no capital", informou o Banco do Brasil.

Procurado, o Digio disse apenas por meio de sua assessoria que o tema está sendo conduzido pelos acionistas.

"Estamos em um momento muito importante para o Digio. Nossa estrutura acionária irá mudar e o Bradesco passará a deter 100% do capital. Seguimos de forma independente, mantendo o nosso DNA e a nossa cultura", escreveu Giovane Neves, presidente

do Digio, em post publicado na rede social LinkedIn no sábado (9).

"Acreditamos ser um passo importante para o nosso crescimento e com novos investimentos poderemos alçar voos ainda mais altos, podendo contar com o know-how e a solidez do grupo Bradesco", disse o presidente do Digio na publicação.

Noronha afirma que ainda irá sentar com o time do banco digital, liderado pelo presidente da empresa, Giovane Neves, para bater o martelo quanto aos planos de expansão previstos à frente, bem como relativos aos investimentos necessários para colocá-los de pé.

"O negócio está crescendo, mas pode ser acelerado", afirma o vice-presidente do Bradesco, que aponta "planos ambiciosos de crescimento" para 2022.

O Digio possui uma carteira de crédito de R\$ 2,5 bilhões, com aproximadamente 2 milhões de cartões. O banco digital oferece serviços como abertura de conta, crédito pessoal, gratuidade em operações de TE D e saque em caixas eletrônicos, entre outros.

No primeiro semestre de 2021, o banco digital registrou lucro líquido de R\$ 36,7 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 9,2 milhões no mesmo período do ano passado.

Em março, foi aprovado pelos acionistas um aumento de R\$ 150 milhões do capital social, que somava cerca de R\$ 450 milhões no fim de junho.

"Esse aporte de capital tem como objetivo suportar e consolidar o aumento das operações do Banco Digio através da ampliação do portfólio de produtos para os clientes", comunicou o banco digital, em relatório.

O vice-presidente do Bradesco diz que os planos do banco para o Digio passam por um aumento na base de clientes via ampliação no mix de produtos e serviços.

"A ideia é passar a oferecer investimentos e também crédito imobiliário, em linhas que sejam de interesse dos clientes", afirma Noronha.

Segundo Noronha, não há qualquer intenção de fundir

as operações do Digio com o banco digital Next, com a manutenção de cada operação completamente segregada uma da outra.

Enquanto o Next já nasceu com toda uma estrutura de produtos e serviços de um banco por trás, só que totalmente no campo digital, no caso do Digio, diz Noronha, o caminho percorrido foi um pouco diferente, mais parecido até com o de algumas fintechs.

"O Digio nasceu mais parecido com o Nubank, passando a oferecer cartão de crédito [em 2016], e pouco tempo atrás [em 2020] que passou a oferecer uma conta", afirma o executivo.

Ele vê a aquisição como uma "iniciativa pró-competição" em um contexto de disputa crescente pelos clientes entre instituições financeiras tradicionais e fintechs.

"O Bradesco, junto com outros concorrentes como Itaú e BB, é chamado de incumbente, mas o banco não para de crescer, é só olhar o último balanço", afirma Noronha.

No segundo trimestre de 2021, o banco registrou lucro líquido de R\$ 6,3 bilhões, resultado que representou um aumento de 63,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em meio ao acirramento da competição no setor, no mês passado, os bancos, por meio da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), chegaram a fazer críticas contundentes às fintechs e aos seus modelos de negócios.

"A 'verdade' verdadeira é que as grandes fintechs gostam mesmo é de pagar apenas 'meia entrada' e em nada se diferenciam dos bancos. Aliás, só não são bancos para pagar menos **impostos**, gerar menos empregos, ter poucas obrigações regulatórias e trabalhistas", atacou a Febraban.

"Quanto mais competição melhor. Acho que tem mercado para todo mundo, e deixa que o cliente faça a escolha dele", diz Noronha.

O executivo cita ainda acordo recente firmado pelo Digio com a Uber para oferecer linhas de crédito com condições mais vantajosas aos motoristas do aplicativo, que ele avalia como importante alavanca de crescimento para o banco digital, em um ambiente macroeconômico que se desenha cada vez mais desafiador à frente.

No início do mês, o Bradesco piorou as expectativas para algumas das principais variáveis econômicas brasileiras, vendo mais juros e **inflação**, câmbio mais

depreciado e atividade mais lenta em 2022 e também o risco de racionamento de energia como o principal vetor negativo a ser monitorado.

A estimativa do banco é que o **PIB** (Produto Interno Bruto) crescerá 1,6% (e não mais 1,8%) no próximo ano. Para a **inflação**, o Bradesco prevê que o IPCA subirá 3,8% em 2022 -na projeção anterior, a estimativa era de de 3,3%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49695>

# Com receita maior, estados reduzem gastos com educação

**Ricardo Balthazar**

Governos estaduais têm segurado recursos disponíveis para a educação, apesar do aumento de suas receitas e da necessidade de investimentos para a reabertura das escolas, de acordo com um novo estudo sobre os gastos dos estados durante a pandemia do coronavírus.

O levantamento sugere que a maioria dos governos estaduais deixou a educação em segundo plano, aproveitando o período de suspensão das aulas presenciais para economizar o dinheiro em caixa em vez de usá-lo para reformar escolas e se preparar para receber os alunos de volta neste ano.

"Não houve prioridade para a educação, apesar dos desafios criados pela pandemia", diz a economista Úrsula Peres, da Universidade de São Paulo, coordenadora do grupo que fez o estudo, ligado à Rede de Pesquisa Solidária. "Falta coordenação nacional e planejamento das ações dos estados."

Segundo o trabalho, as despesas com educação caíram 6,4% no primeiro semestre de 2020, em comparação com o igual período de 2019, e voltaram a diminuir no primeiro semestre deste ano, com queda de 1%. Desde 2019, a redução foi de 7,4% em termos reais, já descontada a inflação.

Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Sergipe foram os estados em que as despesas com educação mais encolheram no período, conforme o levantamento. Só nove estados aumentaram gastos na área, entre eles Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Recursos repassados pelo governo federal em 2020 permitiram que os estados compensassem as perdas de arrecadação que sofreram com a crise econômica causada pela primeira onda da Covid. Neste ano, suas receitas aumentaram com a alta dos combustíveis e das contas de luz.

Os pesquisadores calculam que as receitas dos estados e do DF cresceram 10% em termos reais no primeiro semestre deste ano, em comparação com as obtidas no mesmo período do ano passado. A arrecadação do ICMS, principal tributo recolhido pelos estados, aumentou 19%.

Apesar da situação financeira favorável, os estados têm sido conservadores com os recursos. Os gastos com saúde aumentaram 16% no primeiro semestre de 2020, em comparação com igual período de 2019. Neste ano, eles ficaram estáveis, com alta de 0,4%.

O levantamento considerou as despesas liquidadas, ou seja, aquelas em que houve efetivo desembolso de recursos. Em geral, os governos concentram no segundo semestre do ano a execução das despesas previstas nos seus orçamentos.

"A falta de investimentos nas escolas pode comprometer a segurança da retomada das atividades presenciais e dificulta a recuperação do atraso de aprendizado ocorrido durante a pandemia", afirma Peres. "Isso tende a agravar os problemas decorrentes da paralisação das aulas no ano passado."

Segundo o Censo Escolar de 2020, não há banheiros em 6% das escolas da rede estadual do país e falta conexão de banda larga com a internet em 24%. Alguns estados em que a redução das despesas foi maior também figuram entre os que têm infraestrutura mais precária, notam os pesquisadores.

Com a retomada das aulas presenciais neste semestre, vários governadores anunciaram medidas para trazer de volta estudantes que se afastaram das escolas no auge da pandemia e fornecer computadores e chips de celular a professores e alunos que não conseguiram participar de atividades remotas.

Mas nem sempre essas iniciativas têm sido acompanhadas de recursos adicionais, afirmam os pesquisadores. Além disso, dificuldades burocráticas e a recente edição de uma nova Lei de Licitações têm sido apontadas pelos administradores como razão para atrasos na contratação de obras e serviços.

Em São Paulo, as despesas com educação sofreram redução de 6,4% desde o início da pandemia. O governo estadual anunciou em agosto que destinará R\$ 1,2 bilhão a um programa que repassa recursos diretamente às escolas neste e no próximo ano, mas o valor é inferior ao distribuído nos últimos anos.

Os autores do estudo calculam que, em 2019 e 2020,

o governo paulista enviou por meio desse programa R\$ 1,7 bilhão para as escolas, em valores corrigidos pela **inflação**. Neste ano, foram distribuídos R\$ 343 milhões até 30 de setembro, o equivalente a 28% do total prometido.

"As escolas que receberem esse dinheiro nos últimos meses do ano terão dificuldades para gastar com a agilidade necessária" diz Fabio Pereira, pesquisador que participou do estudo. "O repasse desses recursos alivia pressões políticas, mas pode não alcançar resultados almejados."

Neste domingo (10), a Secretaria da Educação de São Paulo afirmou que toda averba citada em agosto será repassada neste ano e haverá mais no próximo. "O valor se refere ao ano de 2021, mas foi anunciado como 2021/2022, pois as escolas têm a autonomia de não asar todo o valor no ano corrente", disse, por meio de nota.

A Constituição determina que estados apliquem em educação no mínimo 25% das suas receitas com **impostos**. Com a redução das despesas durante a pandemia, muitos estados terão dificuldades para cumprir a exigência e poderão ter problemas com os auditores dos tribunais de contas.

Para evitar isso, o Senado aprovou uma emenda constitucional que isenta estados e municípios e permite que compensem a diferença até 2023. A mudança ainda precisa ser aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados para ser promulgada e entrar em vigor.

A evolução dos gastos dos estados com educação e da arrecadação de ICMS

Fonte: Rede de Pesquisa Solidária, com dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) do Ministério da Economia

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# No meio da via crucis tem um Orçamento

***Maria Cristina Fernandes***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)**

# Preços da Petrobras voltam à pauta política

**André Ramalho**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=1&section=1)

# Incentivos fiscais do ICMS e os lucros - OPINIÃO JURÍDICA

*Marcos Grigoletto c sócio da área de tributos da KPMG.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031)

# Receita cresce, mas gasto estadual em educação cai

Apesar do aumento de suas receitas e da necessidade de investimentos para a reabertura das escolas, governos estaduais têm segurado recursos disponíveis para a educação, aponta estudo da Rede de Pesquisa Solidária sobre os gastos dos estados durante a pandemia.

O levantamento sugere que, na maioria das unidades federativas, a educação foi deixada em segundo plano. O período de suspensão das aulas presenciais serviu para economizar o dinheiro em caixa, em vez de usá-lo a fim de preparar escolas para a volta ao ensino presencial.

Segundo o trabalho, as despesas na área caíram 6,4% no primeiro semestre de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, e voltaram a diminuir no primeiro semestre deste ano, com queda de 1%. Desde 2019, a queda foi de 7,4%, já descontada a **inflação**.

No período, as receitas cresceram 10% em termos reais; a arrecadação do ICMS, principal tributo estadual, aumentou 19%. Os pesquisadores apontam que alguns estados com maior redução figuram entre os que têm infraestrutura mais precária, cotidiano b1

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**95**

# Indústria da mudança social perpetua a pobreza ou a faz tolerável



**Eliane Trindade**

François Bonnici ocupa posição-chave nas discussões em torno da resolução de problemas complexos, como pobreza e mudanças climáticas.

Chefe de inovação social do Fórum Econômico Mundial, ele acaba de lançar o livro "The Systems Work of Social Change" (Trabalho Sistêmico para Mudança Social, em tradução livre), pela Oxford University Press, em coautoria com a pesquisadora Cynthia Rayner.

O livro oferece uma abordagem nova e esperançosa de como superar os desafios de uma verdadeira transformação socioambiental.

"O pensamento que nos trouxe até aqui não nos levará aonde precisamos chegar", diz o médico sul-africano, que é também diretor-executivo da Fundação Schwab, uma das maiores redes de empreendedorismo social do mundo, parceira da Folha na realização do Prêmio Empreendedor Social.

Experiências que somadas à de sanitarista e pesquisador nas universidades de Oxford e da Cidade do Cabo levam Bonnici a fazer uma reflexão crítica sobre a chamada "indústria da mudança social".

Refere-se às 10 milhões de ONGs em todo o mundo, que representam 4,5% do PIB global e empregam 7,4% da força de trabalho mundial, à frente de setores como transporte e finanças.

"Se queremos uma mudança sistêmica, precisamos abordar os problemas sociais de uma maneira radicalmente diferente", afirma.

A seguir os principais pontos da entrevista por videoconferência de Genebra.

Como se traduz esse conceito de mudança sistêmica?

Mudança sistêmica é um termo útil, mas pode confundir. Por isso, o livro se chama "Systems Work of Social Change". É mais sobre o como fazemos, o processo, do que sobre resultados. É através do processo que empoderamos e capacitamos pessoas para criar os resultados.

Estava bastante frustrado com as discussões em torno de mudanças sistêmicas. As pessoas estavam falando de coisas muito diferentes. Alguns diziam que as políticas públicas tinham de mudar, outros afirmavam que todos os atores tinham que fazer as coisas de forma diferente. Quando perguntávamos aos ativistas, tudo se resumia a poder.

O livro apresenta oito estudos de caso. Que exemplos pode citar de organizações que promovem mudanças sistêmicas?

A Fundación Escuela Nova [da Colômbia] empodera famílias e alunos para que façam parte do processo de definição do currículo escolar. Isso muda o sistema de ensino. É extremamente poderoso. Um modelo que inspirou reformas educacionais em todo o mundo.

Já a Nidan, uma organização da Índia, ampliou a participação dos trabalhadores informais na busca de seus próprios direitos, como a primeira legislação para vendedores ambulantes no país.

Os beneficiários se organizaram para definir o que queriam e se tornaram líderes das ONGs e cooperativas criadas para atender às suas necessidades. Isso é uma grande mudança na forma de prover a prestação de serviços em saúde, trabalho e educação.

Empreendedores sociais se tornam cada vez mais agentes de suporte em comunidades, abrindo espaço para que os próprios cidadãos determinem o seu futuro.

Que características são comuns a organizações que atuam de forma sistêmica?

Identificamos três princípios nestas organizações: elas abraçam o contexto em que atuam, fomentam colaboração e identidade coletiva, além de reconfigurar o poder.

Na Fundação Schwab, temos colocado nossas lentes sobre mudanças sistêmicas para entender o que funciona ou não no campo social.

Esse debate vem da própria comunidade. Das nossas preocupações como profissionais que estão trabalhando para resolver os grandes desafios sociais ao longo dos últimos 20 anos em um sistema que ainda é o mesmo.

Nós não mudamos as regras do jogo, não chegamos à raiz dos problemas, embora tenhamos tirado quase 1 bilhão de pessoas da linha de pobreza. Medimos esse avanço, ao mesmo tempo em que pobreza e desigualdade crescem.

A própria comunidade disse que era preciso pensar de forma sistêmica, para além da escala.

Como o Fórum Econômico Mundial e a Schwab estão promovendo essa agenda?

A fundação em certo grau representa poder, pelo fato de estar dentro do Fórum Econômico Mundial. As grandes corporações e o setor público também devem mudar, e passaram a ter representantes como parte da comunidade de inovadores sociais da Schwab.

É importante colocar todos juntos ao redor de uma mesa em Davos. Isso é o que temos tentado fazer. Um trabalho difícil, em progresso.

Apoiamos também o Catalyst 2030 [movimento global para aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável], que tem colaboração em sua raiz.

E ainda temos realizado um trabalho profundo para reconhecer mais lideranças locais.

Historicamente, sempre houve muitos experts atuando no campo, empreendedores sociais iguais a mim. Precisamos de mais líderes que atuam na ponta e realmente entendam o contexto.

Reconfigurar poder é fazer junto. O setor de negócios tem seus lobbies. O terceiro setor não tem o mesmo poder. Então, uma forma de ter é por meio desse poder colaborativo, de uma atuação intersetorial.

Descentralizar a tomada de decisão e colocar as pessoas na posição de resolver os seus problemas é o contrário da visão que no livro é chamada de indústria

da mudança social?

Exato. Nossa mentalidade industrial diz que há uma maneira certa de fazer as coisas, muitas vezes sem levar em conta o contexto em que as pessoas vivem. Experts estão posicionados no topo do processo decisório, enquanto aqueles que estão vivenciando os problemas são relegados a beneficiários ou clientes.

Uma das histórias do livro é o dilema de uma organização que tem de demitir um funcionário para poder apoiar famílias.

Temos ainda a reflexão de Ela Bhatt, fundadora da Self-Employed Women's Association, sindicato que deu voz para mulheres pobres que trabalham por conta própria na Índia.

A empreendedora social e ativista repete um ensinamento de Gandhi, de que é preciso deixar as pessoas decidirem por elas mesmas como princípio de organizações modernas. Lição que precisamos reaprender a cada geração.

Uma das críticas a essa indústria no livro está no fato de que programas sociais focados na assistência social mascaram a pobreza em vez de eliminá-la?

É tempo de tentarmos ser honestos sobre o que fazemos e como. Fiz minha carreira nesse espaço. Temos forças que dependem do capitalismo. É difícil fugir dessa lógica, mas o primeiro passo é reconhecer que somos uma indústria.

O que não é necessariamente ruim, pois essa indústria continua a servir aos pobres, mudando a vida das pessoas. Por outro lado, perpetua a pobreza ou a faz tolerável. Pressupõe uma revolução, mas acaba por impedir uma mudança completa no sistema.

A complexidade é desculpa para respostas ineficazes ou lentas à pobreza?

Esta é a minha preocupação sobre a conversa em torno de mudanças sistêmicas. Dizer que é uma tarefa muito grande e complexa pode ser paralisante.

Precisamos acreditar que é possível fazer progressos e por essa razão a ênfase é como trabalhamos, no processo de mudança.

Como limitar as consequências negativas não intencionais de "fazer o bem" e aprender com as falhas?

É ter autoconsciência, abrir mão de poder e da necessidade de "fazer o bem". Ao invés disso, capacitar aqueles que vivenciam os problemas e

atuam na ponta para que tomem as decisões sobre o que é "bom". Ao criar espaços de diálogo, provavelmente, reduziremos consequências indesejadas.

Como empreendedores sociais, formuladores de políticas e investidores brasileiros podem usar as lições do livro?

Isso requer uma mudança de mentalidade, que já começou. Usamos narrativas pessoais no livro e tiramos lições práticas de como fazer, para que os aprendizados sejam aplicadas em diferentes contextos e realidades.

Podemos ter uma conversa diferente com financiadores. Não falar apenas sobre resultados, mas como construir novas práticas. Isso é muito importante para uma transformação profunda e de longo prazo.

Enfrentamos com a crise da Covid-19 uma tempestade perfeita de vulnerabilidade social, fúria cívica e degradação ambiental. Como ser otimista neste cenário?

Eu tenho três filhos. Tenho de ser otimista. É paralisante pensar que não há o que fazer enquanto todo o sistema não mudar. Como fazer se é um desafio tão grande e além das minhas forças? O livro nos deu ânimo, por vermos mudanças acontecendo.

Claro que o tempo é curto. E corremos o risco de ao acelerarmos políticas e leis globais para conter as mudanças climáticas aumentarmos ainda mais a desigualdade. A estimativa é de 20 milhões de pessoas a mais na linha de pobreza por causa das novas regulações para a indústria e uso de novas tecnologias.

Precisamos de uma mudança radical, mas incluindo as pessoas nesse processo. Caso contrário será uma mudança sistêmica para alguns e não para todos.

Irá emergir uma nova ordem social no mundo pós-Covid?

Isso requer uma liderança muito forte. Não creio que teremos um novo arranjo como o que surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Os governantes não têm mais o mesmo poder de então. Temos outros atores, como as companhias de tecnologia e de dados, é um outro mundo.

Temos que incluir os pobres nos planos de retomada. Precisamos nos pressionar para atingir um outro patamar de civilização.

Como vamos usar esse momento para o setor social

se transformar no Brasil e no mundo? É difícil, porque não se trata apenas de modificar a indústria da mudança social, mas o capitalismo em si. O que vai requerer novos marcos legais e muita ação da sociedade civil.

É um momento de chamada à ação, de construir relações mais fortes com novos pares e ganharmos poder para realizar as mudanças necessárias.

FRANÇOIS BONNICI, 46

O médico sul-africano é chefe de Inovação Social do Fórum Econômico Mundial e diretor-executivo da Fundação Schwab para o Empreendedorismo Social desde 2019. Atuou por 17 anos em programas humanitários e de saúde pública em vários países africanos. É o fundador do Bertha Centre for Social Innovation na Universidade da Cidade do Cabo, com MBA pela Universidade de Oxford e mestrado em saúde pública pela London School of Hygiene and Tropical Medicine.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49695>**

# Desigualdade cresce mais no Brasil do que em outros países, aponta FGV



**Problemas.** A família de Adriana Menezes enfrentou dificuldade com fechamento da escola

## Renée Pereira

A pandemia ampliou a desigualdade mais no Brasil do que nos demais países do mundo.

Esse é o resultado de uma pesquisa feita pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), com dados internacionais do Gallup World Poll, que mostra a percepção da população em relação às políticas públicas de saúde, educação e meio ambiente. O desempenho brasileiro nas três esferas foi pior do que o de outros 40 países.

Os dados, colhidos antes e depois da pandemia, destacam ainda que a deterioração social brasileira foi mais forte entre a população de renda mais baixa. "A pandemia é um choque global que afeta o dia a dia do mundo inteiro. Mas, no Brasil, a administração e o gerenciamento das áreas de saúde, educação e meio ambiente foram piores. Por isso, tivemos um resultado abaixo da média", diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Na educação, a satisfação dos 40% mais pobres caiu 22% no Brasil e 2,38% no mundo. Neri explica que esse percentual reflete a piora de dados educacionais na prática. O tempo médio de estudo diário na população de 6 a 15 anos caiu para 2 horas e 18 minutos, enquanto o mínimo legal é de 4 horas.

Entre os mais pobres, esse tempo ficou abaixo de 2 horas, e nas classes A e B ficou acima de 3 horas, o que aumenta o abismo social. A família de Adriana Telles de Menezes, de Juiz de Fora (MG), viveu esse drama (mais informações abaixo). Neri ressalta ainda que as escolas ficaram fechadas mais no Brasil do que no restante do mundo. Isso sem contar que muitas

crianças deixaram de estudar porque não tinham celular ou computador disponível e porque as apostilas não chegavam até elas.

Na saúde, houve queda de 10,5% entre os brasileiros mais pobres e alta de 2,28% na média dos demais países. A situação se inverte entre os 40% mais ricos.

No Brasil, a satisfação dessa faixa da população subiu 0,5%; nos demais países caiu 0,08%. Em relação às políticas ambientais, houve piora em todas as faixas de renda, enquanto a percepção melhorou no resto do mundo.

"A pandemia deixou marcas sociais e econômicas muito fortes.

Houve uma inversão de tendências.

A desigualdade vinha diminuindo e a educação, apesar de ruim, também melhorava.

Agora tudo mudou", afirma Neri.

Segundo ele, as matrículas escolares recuaram ao menor patamar desde 2007, e isso terá consequências no futuro, no aprendizado e na produtividade do trabalhador, que já estava estagnada há algum tempo.

Na prática, esses fatores têm um peso muito forte na competitividade do Brasil, sobretudo a questão da educação. O presidente da Trevisan Escola de Negócios, VanDick Silveira, destaca que o resultado de hoje terá efeito daqui a 20 anos na força de trabalho. A educação, diz ele, é muito ruim e deve piorar. "O PIB per capita é o mesmo de dez anos atrás. Em dólar, caiu 45% em 20 anos. A população ficou mais pobre em termos globais." Na avaliação de José Pastore, professor da Universidade de São Paulo, 500 dias sem aula deixam uma "cicatriz" nas crianças.

"Não se trata de dar mais aulas, mas de ter uma estratégia de recuperação, o que não existe por enquanto", diz. Segundo ele, sem essa política, o País corre o risco de perder toda uma geração.

"É como diz Paul Krugman (Nobel de Economia), "para o desenvolvimento econômico, a produtividade não é tudo, mas quase tudo". Na competitividade, educação

não é tudo, mas quase tudo", afirma.

Sobre a questão ambiental, o efeito é mais direto na exportação.

Sem políticas rígidas, diz Marcelo Neri, pode haver perda de negócios. A pandemia aumentou a consciência de consumidores que passaram a pressionar as empresas por práticas mais sustentáveis, como um "trailer" de novos desafios do País.

Inversão

"A pandemia deixou marcas sociais e econômicas muito fortes. Houve uma inversão de tendências. A desigualdade vinha diminuindo e a educação, apesar de ruim, também melhorava. Tudo mudou." Marcelo Neri DIRETOR DO FGV SOCIAL

ABAIXO DA MÉDIA MUNDIAL

FONTE: FGV SOCIAL COM DADOS DA GALLUP WORLD POLL

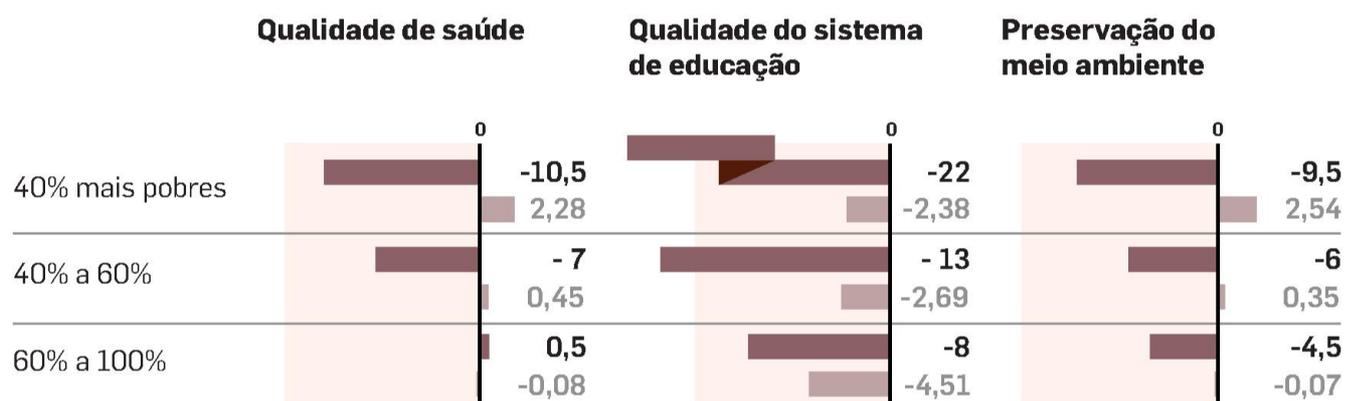
**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## ABAIXO DA MÉDIA MUNDIAL

● Piora na qualidade da saúde, meio ambiente e educação aumenta desigualdade do Brasil em relação ao resto do mundo

PORCENTAGEM DE QUEDA OU ALTA

■ BRASIL ■ MUNDO



FONTE: FGV SOCIAL COM DADOS DA GALLUP WORLD POLL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Da pandemia ao pandemônio (Artigo)

**LUÍS EDUARDO ASSIS**

Maquiavel já sabia das coisas no século 16. Para ele, é a conjunção entre fortuna e virtude que define o destino de um governante. A fortuna expressa a força caótica dos acontecimentos que o acaso faz materializar, muitas vezes de forma destruidora. A virtude expressa a capacidade do homem de conviver com o imprevisível, exercendo seu livre-arbítrio para conter os efeitos danosos das exorbitâncias do destino. Os homens de virtude recebem da fortuna apenas a oportunidade.

Nada mais longínquo dessa refinada reflexão maquiavélica do que as agruras que afligem nosso simplório presidente.

Depois da recessão histórica de 2020, a **inflação** é o grande desafio do governo. Os números falam alto. O IPCA dos últimos 12 meses está em 10,25% e já é o maior índice desde o começo de 2016. Os desajustes que deságuam na **inflação** vêm de todos os lados. As restrições de oferta causadas pela interrupção das cadeias produtivas de segmentos importantes, aliadas ao aumento exponencial dos fretes marítimos (da ordem de 600% em um ano), forçam a alta dos preços dos bens industriais. Também a **inflação** de serviços colocou a cabeça para fora com o fim do isolamento social e a retomada das atividades.

De uma elevação anual de 0,95% em agosto de 2020, os serviços subiram 3,9% em agosto passado.

Vão subir mais com a gradual retomada do emprego. Como desgraça pouca é bobagem, temos os preços dos alimentos e dos combustíveis, pressionados pelas commodities e pelo câmbio. Nem precisava da crise hídrica para azedar a conta, mas ela está aí e ninguém sabe onde vai parar.

Se a fortuna não ajuda, a falta de virtude atrapalha mais ainda. O Relatório de **Inflação** divulgado em setembro pelo Banco Central (BC) é um longo arrazoado sobre a quadratura do círculo. A Lei Complementar n.º 179/2021, que regulamentou a independência do BC, agregou à meta fundamental de assegurar a estabilidade dos preços o objetivo secundário de fomentar o pleno-emprego. A autoridade monetária contorna esse dilema com o argumento de que a **inflação** não promove o crescimento. É verdade, mas não consola, porque também é verdade que a elevação de juros - única bala na agulha a esta altura - vai controlar a **inflação**

ao custo de esfriar o nível de atividade, que nem chegou a ficar morno.

A virtude exige alguma capacidade de se precaver. Não foi o nosso caso.

Os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) definham nos últimos anos. Em setembro de 2021, a Conab armazenava apenas 21,6 mil toneladas de arroz, 96% menos que no mesmo período de 2014. Os estoques de milho, por sua vez, foram reduzidos em 97,8% nesse período, ao passo que os estoques de feijão simplesmente foram zerados. A tese ultraliberal de que os preços devem flutuar ao livre sabor da oferta e demanda também encontra eco na taxa de câmbio. Ao contrário do que ocorre em muitos países, a ideia de que o Banco Central possa intervir no mercado para suavizar flutuações é, aqui, digna de excomunhão.

O mesmo ocorre com a política de preços da Petrobras. Qualquer sugestão para reduzir a volatilidade de preços é execrada com acusações de blasfêmia e sacrilégio.

Resta subir juros e abortar os sinais tênues de recuperação da economia.

Apertemos os cintos, porque a turbulência é certa. Em julho, a população ocupada alcançou 89 milhões de pessoas, mais que os 82 milhões de julho de 2020, mas ainda menos que os 93,6 milhões de julho de 2019.

A contenção da economia por meio das taxas de juros ocorre num cenário de crise política e antecipação da campanha eleitoral. A fortuna, definitivamente, não ajuda os presidentes que não têm virtude. A **inflação** é apenas mais um dos infortúnios de um governo vicioso.

LUÍS EDUARDO ASSIS, ECONOMISTA, FOI DIRETOR DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL E PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP E DA FGV-SP. E-MAIL: LUISEDUARDOASSIS@GMAIL.COM

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desaceleração é novo desafio global (Artigo)

**DAN KAWA**

Setembro foi marcado pelo recrudescimento de diversos riscos que eu vinha monitorando nos últimos meses. Nos EUA, por um lado, a pandemia finalmente dá sinais de arrefecimento, o que pode ajudar a dar uma sustentação adicional ao crescimento econômico no curto prazo. Por outro lado, a **inflação** parece não dar trégua. A certeza do Fed de que este efeito seria temporário vai dando lugar a uma visão muito mais pragmática em relação à **inflação**.

Diante disso, o banco central americano passou a sinalizar o começo de um processo de normalização monetária, com redução do relaxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês) ainda este ano e posterior encerramento do programa em 2022. Depois disso, seria iniciado um processo gradual de alta de juros.

A alta da **inflação** se mostra presente em praticamente todo o mundo. Em setembro, este tema voltou à pauta dos mercados e merecerá atenção especial no último trimestre.

Além da **inflação**, o mundo convive com uma visível crise de energia, com aumento de demanda, problemas de oferta e uma conseqüente escalada quase que exponencial de preços de algumas commodities ligadas ao complexo energético, como o gás natural e o carvão.

Este cenário também gera um choque de oferta para a economia global, trazendo um desafio adicional ao crescimento do mundo. Neste momento, a crise parece mais intensa na Europa e na China (sem contar com as questões peculiares do Brasil cuja matriz hidrelétrica também apresenta problemas, com chuvas abaixo da média histórica e uma demanda em recuperação pós pandemia).

Em se tratando de China, os problemas na Evergrande, uma das maiores e mais endividadas empresas do setor imobiliário do país, caminharam na perigosa direção de um "default", com conseqüente reestruturação da dívida da empresa. Por mais que eu não veja (ainda) motivos para contágio financeiro, há riscos relevantes e não desprezíveis de impacto para o crescimento econômico do país e contágio econômico para o resto do mundo.

Neste momento, acredito que não é uma questão de "se" a economia global irá desacelerar nos próximos meses, mas sim qual será a magnitude, velocidade e

duração dessa desaceleração.

Esta visão se apoia nos problemas de energia e na Evergrande na China; no menor impulso fiscal no mundo; na normalização monetária em diversas economias; e na crise de energia que continua a se alastrar ao redor do planeta.

A meu ver, uma parte deste cenário não parece, ainda, bem precificado por alguns ativos de risco, a despeito de vermos oportunidades em países específicos, como Brasil e China, onde os preços dos ativos já apresentaram depreciação relevante nos últimos meses.

Assim, me parece que estamos diante de um pano de fundo global muito mais desafiador, incerto e de baixíssima visibilidade comparado ao que convivemos até setembro deste ano. Por ora, não há sinais claros de que nenhum desses vetores será pacificado no curto prazo. No Brasil, seguimos em um ambiente de **inflação** corrente elevada, que está levando o Banco Central a dar continuidade ao seu processo de alta das taxas de juros. Espero que a taxa Selic encerre este ciclo de alta em torno de 9%, no começo de 2022.

DAN KAWA, SÓCIO DA TAG INVESTIMENTOS E ESPECIALISTA EM FUNDOS DE INVESTIMENTO. GRADUADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS PELA PUC-RIO, ATUA NO MERCADO FINANCEIRO DESDE 2003

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com Auxílio Brasil travado, calamidade pública volta à tona

*Fabio Graner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

# De olho em 2022, Estados aceleram investimentos

***Marta Watanabe e Cibelle Bouças***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187031?page=14&section=1)

# Reformas de Bolsonaro são legado de Temer, diz líder de entidade liberal



O economista Gabriel Torres, presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) Marco Regalado/Divulgação

**Fábio Zanini**

Quem foi o presidente mais liberal do Brasil nos últimos anos, ao menos em matérias econômicas?

Até pouco tempo atrás havia vários argumentos para dar o troféu para Jair Bolsonaro, com seu ministro da Economia formado na Escola de Chicago e a promessa feita na campanha eleitoral de 2018 de "menos Brasília e mais Brasil".

Recentemente, no entanto, quem tem conquistado corações e mentes liberais é Michel **Temer** (MDB), que governou entre 2016 e 2018, cada vez mais reconhecido por eles como responsável por conseguir aprovar as mais relevantes reformas econômicas do Brasil da última década.

Não apenas isso: a avaliação é de que várias das matérias que Bolsonaro conseguiu aprovar na agenda liberal são resultado do legado deixado pelo antecessor.

Um dos entusiastas do papel que teve o ex-presidente é o economista gaúcho Gabriel Torres, 35, presidente do IEE (Instituto de Estudos Empresariais), um centro formador de lideranças liberais no país.

"Tudo que já estava no pipe-line [bem encaminhado] no governo **Temer** avançou. Você tinha uma agenda bem forte lá de reformas. E o que não estava no pipeline não avançou. Claramente não havia ligação do próprio Bolsonaro com esses temas", diz Torres.

Exemplos de reformas cujo terreno foi preparado por **Temer** são as mudanças na Previdência, a privatização da Eletrobras, o marco do saneamento básico e o programa de concessões na área de

infraestrutura, em ferrovias, portos, rodovias e aeroportos.

Ele não esconde a frustração com o que foi realizado nesse governo na comparação com as promessas de 2018.

"Paulo Guedes está lá, tentando fazer essa agenda andar, mas faz sentido ainda? O mercado em geral, do empreendedor ao dono da padaria, entendeu que a capacidade de gerar impacto dele é bem menor que a promessa", afirma.

No chamado movimento liberal, que tem crescido nos últimos anos, o IEE tem bastante peso. É ele o organizador do principal evento liberal do país, o Fórum da Liberdade, que ocorre em Porto Alegre (RS) sempre no mês de abril.

No ano que vem, o Fórum completa 35 anos, e a expectativa é que volte a ser presencial, ao menos parcialmente, após duas edições online. Neste ano, foram 17 mil pessoas que acompanharam as discussões, número que Torres espera aumentar para 32 mil em 2022.

Inevitavelmente, um dos assuntos que permearão o evento será a sucessão presidencial. Em 2018, os organizadores do Fórum convidaram os principais candidatos para debater a agenda de reformas para o país, mesmo aqueles cujas ideias estão distantes dos princípios liberais.

"Queremos levar todos os candidatos", afirma o economista. "Inclusive Lula, ele está convidado", reforça.

Como todo movimento que cresce, o liberalismo também se fragmenta. Muitos liberais estão órfãos, especialmente após a única legenda assumidamente seguidora dessa linha ideológica, o Partido Novo, ter entrado em crise existencial.

Segundo Torres, liberais nunca cogitariam votar em Lula, apesar de acenos que o petista fez ao mercado durante seus dois governos. A novidade é que também não há entusiasmo com Bolsonaro.

"O sentimento geral é de que é importante haver uma força centrista, reformista. O principal tema para nós

são as reformas fundamentais para o país, as privatizações, as mudanças no tamanho do Estado. E ter coragem, por exemplo, de fatiar a Petrobras e depois vendê-la inteira", afirma.

Torres assumiu a presidência do IEE em maio, para um mandato de um ano. Formado em economia pela Universidade Federal dos Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado pela mesma universidade, trabalhou na Federação das Indústrias do RS (Fiergs) e na Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre, além de uma corretora.

Teve uma única experiência no setor público, quando foi secretário-executivo adjunto de Gestão na Prefeitura de São Paulo, durante os governos tucanos de João Doria e Bruno Covas, em 2017 e 2018. Foi chamado para o cargo pelo titular da pasta, Paulo Uebel, ex-presidente do IEE e que depois migraria para a equipe de Guedes, de onde já saiu.

Por enquanto, Torres, que hoje trabalha com gestão de portfólios financeiros, não cogita voltar à área pública, ou seguir carreira política. Era filiado ao Novo, partido que deixou quando assumiu o IEE.

Como todo o país, ele aguarda com um misto de ansiedade e preocupação o calendário eleitoral do ano que vem.

"Se Lula ganhar, vamos continuar fazendo o que sempre fizemos nos últimos 40 anos, que é defender nossas pautas. Não há nenhuma expectativa sobre ele ter uma agenda liberal, mas sempre podemos ser surpreendidos. Ele fez uma minirreforma da Previdência, afinal".

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>